POLÍCIA

policia@correiodopovo.com.br

ALINA SOUZA

Integrante do Esquadrão Antibombas do Bope manipula o objeto

SUSTO NA CAPITAL

Suspeita de explosivo bloqueia parte do Centro Histórico

Um trecho da rua Riachuelo, no Centro Histórico de Porto Alegre ficou isolado por duas horas e meia na manhã de ontem devido a uma suspeita de bomba. A ação terminou às 13h20min, não sendo encontrado explosivo. A via foi liberada.

A Brigada Militar foi acionada pouco antes das 10h, após um morador localizar uma mochila em um canteiro na entrada de um prédio residencial, ao lado do Hotel Master Premium. O objeto foi posteriormente movido para a frente do Edifício Tribuno, onde havia melhores condições de espaço para a atuação do robô do Batalhão de Operações Especiais (Bope). O Corpo de Bombeiros acompanhou a ocorrência.

De acordo com o tenente-coronel Fabricio Rocha da Silveira, comandante do 9º BPM, a mochila continha apenas roupas molhadas, cabos e fios de carregadores. A suspeita é de que o pertence tenha sido abandonado por uma pessoa em situação de rua.

Durante o procedimento de verificação, o robô do esquadrão antibombas identificou os cabos no interior da bolsa. Por precaução, o Bope realizou uma detonação controlada — técnica que utiliza um jato d'água de alta pressão movido a ar comprimido para desativar possíveis artefatos. O método gera um estrondo forte, mas não envolve carga explosiva. O isolamento compreendeu o trecho entre a rua Caldas Júnior e a Praça da Matriz, além de bloquear o acesso do Shopping Rua da Praia pela Riachuelo.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

Celic
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Comissão de Licitações

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

CORREIO DO POVO
WWW.CORREIODOPOVO.COM.BR

ABERTURAS DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

EDITAL CRE 09/3/2026 Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de proteção das fachadas do edifício sede do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER e Procuradoria-Geral do Estado– PGE
DATA: 31/08/2026, às 9h. PROCESSO: 26/1300-0001141-0.

EDITAL CRE 007/2026 Objeto: Contratação, por técnica e preço, de empresa para atualização dos anteprojetos de engenharia e estudos ambientais para o sistema de proteção contra cheias e para minimização de enchentes na bacia do Rio Gravataí.
DATA: 05/10/2026, às 09h. PROCESSO: 25/0400-0000112-6.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E REAGENDAMENTO

Pregão Eletrônico 0236/2026 Processo 26/1205-0000479-2
Objeto: Cartão de papel quimicamente tratado para coleta de amostras biológicas.
Torna-se pública a retificação e o reagendamento do edital. A abertura da sessão foi **reagendada para o dia 27 de Agosto de 2026, às 09h.**

AVISO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Leilão 002/2026 - Lote 107/ Etapa 02 Processo 26/1300-0001829-5
Objeto: Alienação de veículos automotores diversos classificados como recuperáveis pertencentes à Administração Pública Estadual.
Nos termos da manifestação da DAMOB (fls. 149-150), fica revogado o Lote 107 da etapa 02 do certame acima, de acordo com o inciso II, do art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECURSO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL 0020/2023 – PROCESSO 23/1300-0002066-7
Objeto: Concessão Administrativa para Revitalização e Urbanização do Cais Mauá, no Município de Porto Alegre (RS), a partir da contratação das atividades de Gestão, Operação, Manutenção, Restauração, Modernização, Conservação e Execução de Obras.
Com fundamento nas manifestações jurídicas SERG nº 73/2026 e nº 1551/2026/SPGG/CELIC/PROCGET, o recurso interposto pelo CONSÓRCIO PULSA (fls 75) foi CONHECIDO e, no mérito, INDEFERIDO, mantendo-se o ato de revogação da licitação.

Paulo Roberto Sberani Lunardi
Subsecretário CELIC/SPGG

Idosa perde R$ 37 milhões em aplicação de herança

Ela foi vítima do chamado "golpe do abate de porcos" aplicado no país

A Polícia Civil deflagrou, na manhã de ontem, a Operação Criptoabate contra uma organização investigada por aplicar o chamado "golpe do abate de porcos" e lavar dinheiro por meio de empresas, contas bancárias e criptoativos. A ação, que já prendeu dois investigados, cumpriu 90 ordens judiciais no RS, em Santa Catarina e em São Paulo.

A investigação começou após uma aposentada de 70 anos, moradora de Porto Alegre, relatar um prejuízo superior a R$ 37 milhões em uma suposta plataforma de investimentos. Os valores aplicados eram oriundos de uma herança. A partir da denúncia, feita em fevereiro de 2025, a polícia identificou uma estrutura financeira com movimentações consideradas atípicas superiores a R$ 30 bilhões e pelo menos 140 potenciais vítimas relacionadas à mesma dinâmica criminosa.

Foram cumpridos 40 mandados de prisão preventiva, 16 de busca e apreensão, bloqueios de contas bancárias e medidas cautelares contra outros oito investigados. Entre os alvos estão três proprietários de instituições financeiras que atuam na conversão de moeda fiduciária para criptoativos – dois estrangeiros (um deles também dono de uma dessas empresas) – e uma gerente de uma instituição financeira tradicional, suspeita de facilitar a abertura de contas utilizadas pelo grupo.

Segundo a investigação, o grupo utilizava uma estrutura dividida em diferentes núcleos para captar vítimas, abrir e controlar empresas e contas bancárias, movimentar os valores e converte-los em criptoativos. Apurou-se, ainda, indícios de facilitação do esquema por membros do sistema financeiro e o uso de "laranjas" para a abertura de empresas e contas.

HERANÇA

A principal vítima do esquema é uma mulher de 70 anos, moradora na Capital, que perdeu mais de R$ 37 milhões. Segundo a investigação, o dinheiro era proveniente de uma herança e de rendimentos acumulados em investimentos anteriores.

De acordo com o delegado Elbert Moreira, responsável pela investigação, a idosa já tinha experiência no mercado financeiro e mantinha seus recursos em uma corretora legítima, por meio de um profissional da área. Ela tinha um perfil considerado agressivo e costumava buscar aplicações de maior rentabilidade, apesar das recomendações para evitar aportes elevados em investimentos de maior risco.

Convencida pelos criminosos, a vítima retirou os recursos da corretora e os transferiu para a falsa plataforma de investimentos. Com isto, perdeu todo o patrimônio e os rendimentos acumulados ao longo dos anos.

A estratégia usada pelo grupo é conhecida internacionalmente como "golpe do abate de porcos" (*pig butchering*). A modalidade consiste em conquistar gradualmente a confiança da vítima para induzi-la a transferir quantias cada vez maiores a uma suposta plataforma de investimentos. Segundo a Polícia Civil, as vítimas eram incluídas em aplicativos de mensagens que simulavam comunidades legítimas de estudo e investimentos no mercado financeiro. Nesses ambientes, supostos especialistas, assistentes e outros participantes interagiam de forma coordenada para transmitir credibilidade e segurança.

Os criminosos apresentavam análises de mercado, orientações financeiras e resultados aparentemente positivos, fazendo com que a vítima acreditasse que seus investimentos estavam gerando lucro. Com o aumento da confiança, os aportes também cresciam. Quando a vítima tentava sacar o dinheiro, porém, os valores eram bloqueados.

A polícia identificou empresas com movimentações incompatíveis com o faturamento. Em uma das análises, foram registrados cerca de R$ 295 milhões em movimentações em um único dia na conversão de moeda fiduciária para criptoativos. No universo de pessoas físicas e jurídicas relacionadas à investigação, as transações consideradas atípicas superam R$ 30 bilhões.

A Polícia ressaltou que o montante não corresponde ao prejuízo causado às vítimas nem significa que todos os valores sejam provenientes de crimes. A cifra representa o volume de movimentações atípicas analisadas.

BETS ILEGAIS

Suspeitos movimentaram mais de R$ 1 bi

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) realizou, ontem, uma operação contra uma organização criminosa suspeita de explorar ilegalmente sites de apostas, aplicar golpes contra usuários e lavar dinheiro. A ação é conduzida pelo Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Cyber-Gaeco), com apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI).

A operação "Aposta Suja" cumpriu sete mandados de busca e apreensão nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. As ordens judiciais foram expedidas pela 3ª Vara Criminal Especializada em Organização Criminosa.

A ação também contou com o apoio Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda. De acordo com o Portal R7, o Ministério Público fluminense informou que grupo utilizava diversos sites de apostas, que funcionavam sem autorização do Ministério da Fazenda, as Bets.

VOLUME BILIONÁRIO

O procedimento investigatório criminal, conforme R7, identificou que empresas e pessoas investigadas movimentaram dezenas de milhões de reais. Um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeira, com mais de 800 comunicações de operações suspeitas registradas entre 2022 e 2026, apontou movimentações superiores a R$ 1,4 bilhão. Desse total, conforme o documento, mais de R$ 100 milhões foram movimentados, isoladamente, por uma das empresas investigadas suspeita de envolvimento no esquema.

ESQUEMA

As investigações apontam que os depósitos feitos pelos usuários eram direcionados para empresas de fachada. Além disso, de acordo com o R7, os responsáveis pelos sites seriam impedidos de sacar valores disponíveis nas próprias contas, caracterizando golpes contra os consumidores.

Após a captação do dinheiro das vítimas, os recursos eram submetidos a um esquema de lavagem. De acordo com o Cyber-Gaeco, foi apurado que o grupo suspeito utilizava conversão em criptoativos, pulverização dos valores em diversas contas e remessas para o exterior para dificultar o rastreamento do dinheiro e posteriormente reinserí-lo na economia formal no Brasil.